

## IMPACTOS PSICOSSOCIAIS DA PANDEMIA DA COVID-19 NO COTIDIANO DE HOMENS TRANSEXUAIS SOBREVIVENTES DE UM EXTERMÍNIO PROGRAMADO

Leticia Carolina Boffi

*Psicóloga. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade de São Paulo. Bolsista de Mestrado da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), processo número 88887.600239/2021-00.*

[leticiaboffi@gmail.com](mailto:leticiaboffi@gmail.com)

Manoel Antônio dos Santos

*Professor Titular do Departamento de Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo. Bolsista de Produtividade Científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), nível IA.*

[masantos@ffclrp.usp.br](mailto:masantos@ffclrp.usp.br)

*Simpósio Temático nº 10 – Curar o Sistema: A Política de Resistência Trans no Contexto Atual e os Impactos da Covid-19 na Vida de Travestis e Transexuais*

### RESUMO

A pandemia deflagrada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2) em 2020 acarretou transformações significativas em toda a sociedade, mas teve impacto desproporcional nos grupos sociais vulnerabilizados, como as pessoas trans. O objetivo deste estudo foi compreender os impactos da pandemia da COVID-19 sobre os processos de subjetivação dos homens trans, analisando experiências de alteração do cotidiano durante o período pandêmico. Participaram 15 homens transexuais em processo de transição, entre 20 e 41 anos, de quatro estados, recrutados por *bola de neve*. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas na modalidade presencial ou remota, aplicadas individualmente, audiogravadas e transcritas na íntegra. As narrativas foram submetidas à análise temática reflexiva. Emergiram dois temas principais: “preocupações com a saúde” e “prejuízos no trabalho”. As preocupações com a saúde dizem respeito às incertezas em relação à continuidade dos cuidados e outras questões relacionadas à transição. Com a perda de renda ou suspensão do contrato de trabalho, alguns entrevistados se viram na situação de não terem mais acesso que tinham às consultas médicas. No que concerne aos prejuízos no trabalho, foram observadas diferentes dinâmicas de alterações desencadeadas pela crise sanitária no mundo laboral: dois participantes puderam continuar realizando suas atividades profissionais em *home office*; houve relatos de demissões e paralisação de trabalho autônomo. Rupturas e descontinuidades instauradas pela pandemia acentuaram a vulnerabilização já exacerbada desse grupo, o que foi agravado pela omissão criminosa do governo federal, que deixou de oferecer propositalmente políticas públicas de proteção social como parte do projeto de extermínio dos dissidentes da cisnormatividade.

**Palavras-chave:** Transexualidade. Homens Transexuais. COVID-19. Pandemia. Isolamento Social. Necropolítica.

### ABSTRACT

The pandemic triggered by the new coronavirus (SARS-CoV-2) in 2020 brought about significant transformations throughout society, but had a disproportionate impact on

vulnerable social groups, such as trans people. The aim of this study was to understand the impacts of the COVID-19 pandemic on the subjectivation processes of trans men, analyzing experiences of altered daily life during the pandemic period. Fifteen transgender men in the process of transitioning, aged between 20 and 41, from four states, recruited by snowballing, participated. Semi-structured interviews were conducted in face-to-face or remote modality, applied individually, audio-recorded and transcribed in full. The narratives were submitted to reflective thematic analysis. Two main themes emerged: "health concerns" and "harm at work". Health concerns relate to uncertainties regarding continuity of care and other transition-related issues. With the loss of income or suspension of employment, some respondents found themselves in the situation of no longer having the access they had to medical appointments. Regarding work losses, different dynamics of changes triggered by the health crisis in the working world were observed: two participants were able to continue performing their professional activities in home office; there were reports of layoffs and stoppage of self-employment. Ruptures and discontinuities established by the pandemic accentuated the already exacerbated vulnerability of this group, which was aggravated by the criminal omission of the federal government, which purposely failed to offer public policies for social protection as part of the project to exterminate dissidents of cisnormativity.

**Keywords:** Transsexuality. Transgender Men. COVID-19. Pandemic. Social Isolation. Necropolitics.

## Introdução

Em março de 2020, a pandemia de COVID-19 alcançou o Brasil, assim como o restante do mundo, com consequências marcantes em todos os setores de organização da vida social. Os marcadores sociais da diferença, como gênero, cor da pele, etnia, classe social, sexualidade e identidade de gênero, evidentemente não “desaparecem” quando uma pandemia começa. Pelo contrário, seus efeitos são intensificados e sua invisibilidade, já presente anteriormente, é expressa agora de forma latente pelas diferenças que se observam quando se associa a taxa de letalidade com esses marcadores (DOURADO; GOMES; SOUZA, 2020).

O processo de vulnerabilização da população trans vem se intensificando desde a redemocratização do país. Tal cenário aponta não apenas para uma sub-representatividade social, mas sobretudo para uma não representatividade política no processo decisório de formulação das políticas públicas (OLIVEIRA; CARVALHO; JESUS, 2020). Nos embates entre forças progressistas e reacionárias, coube ao Poder Judiciário, em particular o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Superior Tribunal de Justiça (STJ) o reconhecimento e a confirmação de alguns direitos no campo da diversidade sexual e de gênero, a partir das demandas e interpelações endereçadas pela sociedade civil. Houve avanços significativos no reconhecimento do processo de cidadania da população trans,

como o direito ao uso do nome social nos serviços públicos e a formalização do Processo Transsexualizador e sua ampliação junto ao Sistema Único de Saúde (em 2008 e 2013, respectivamente).

A concepção de necropolítica, proposta pelo filósofo camaronês Mbembe (2018), circunscreve um arcabouço conceitual potente que permite questionar quais são os limites de Estado, quando decide autocraticamente quem viverá e quem morrerá, e quando e de quais maneiras isso se dará. O conceito descreve uma política de Estado centrada na promoção da morte em larga escala. A população trans experimenta condições de vida tão adversas que muitas vezes se aproximam do estatuto de “mortos-vivos”, isto é, as pessoas trans são subjugadas por jogos e relações de poder que se materializam pela expressão da morte que atravessa precocemente seus corpos (SANTOS; OLIVEIRA; OLIVEIRA-CARDOSO, 2020). Ao refletir acerca das experiências transidentitárias – termo aqui utilizado de acordo com a noção de Ayouch (2015), Tenório e Prado (2016) e Cunha (2016), que refletem sobre a pertinência dessa nomenclatura localizada fora do campo médico-jurídico-terapêutico – emerge um campo de discussão no qual a centralidade da dissidência se destaca como categoria potente. Isso porque a transexualidade e suas experiências múltiplas e diversas de tensionamento da norma hegemônica são tradicionalmente alocadas no território da abjeção.

Na concepção foucaultiana (FOUCAULT, 1976), a *norma* é entendida como sendo inerentemente interna ao sujeito, produto e produtora de subjetividade, imbricada em uma trama difusa de saberes, práticas e relações de poder. A partir desse entendimento, Butler (2003) argumenta que a heteronormatividade regula nossas ações, práticas, subjetividades e desejos. As normas que regulam o gênero também regulam as possibilidades consideradas válidas e inteligíveis de ser sujeito e ter uma identidade. Essa última, para Butler (2003), é produzida por normas de inteligibilidade que são socialmente instituídas a partir da exigência de coerência entre sexo/gênero/desejo, sendo mantidas no âmbito da heteronormatividade (RODRIGUES; GRUMAN, 2021). Ser localizado a partir do lugar de abjeção implica ser referido às formas de vidas que estão apartadas da esfera social e que habitam zonas de margem e exclusão que se reiteram na ausência de inteligibilidade social e cultural, associando-se ao bizarro e inumano (VERGUEIRO, 2016). Tal situação de desumanização é uma sanção aplicada aos seres dissidentes em decorrência de seu não alinhamento à cisgeneridade. Por cisgeneridade entende-se a identidade de gênero de quem se identifica com o gênero que lhe foi

atribuído ao nascer (OLIVEIRA; CARVALHO; JESUS, 2020). Já a cisnormatividade é definida como o conjunto de normas relacionadas à cisgeneridade que exercem poder sobre os corpos, particularmente os corpos trans, seguindo uma lógica pré-discursiva e binária (VERGUEIRO, 2016).

A norma social é estabelecida pela articulação de concepções médicas, jurídicas, morais e religiosas. Quando o sujeito pauta seu comportamento pelo que prescreve a norma, obtém validação social para suas experiências de reconhecimento de si. Pode, então, sentir-se pertencente ao gênero que lhe fora atribuído ao nascimento em decorrência do órgão genital, segundo a lógica vulva-menina / pênis-homem. As pessoas são reguladas pelo gênero, entendido como condição de aceitação social ou de exclusão, a depender de como o sujeito se localiza em relação à norma. A norma, em última instância, serve de referência para a humanização dos corpos (BOFFI; SANTOS, 2021). A concepção dominante (cis)normativiza as experiências identitárias cisgêneras e encerra as transgeneridades nos limites estreitos da patologização, da aberração e do desvio, inscrevendo-as no campo da liminaridade, da marginalidade e do inumano (BENTO; PELÚCIO, 2012).

No contexto brasileiro, pelo menos desde a década de 1950 vem tomando corpo um movimento de extermínio sistemático da população trans por parte do estrato mais privilegiado da sociedade e do aparelho de Estado. Trata-se de um programa de inspiração fascista, movido pelo ódio fomentado pela homotransfobia, que em sua irracionalidade almeja promover a “limpeza” e esterilização do tecido social e, para tanto, planeja e executa ações orquestradas para eliminar do convívio social os corpos “indesejáveis”, como aqueles que ousam contestar e transgredir a divisão binária do gênero. Mais recentemente esse problema se agudizou com o aparecimento da pandemia da COVID-19, que forneceu aos defensores dessa visão necroeugenista uma poderosa, silenciosa e cruel arma para aniquilamento das minorias vulnerabilizadas, como as pessoas trans, que foram abandonadas e entregues à própria sorte.

Mesmo com uma pandemia em curso produzindo um número alarmante de mortes, em boa medida decorrentes da gestão omissa, insensível e negacionista do governo brasileiro, continuamos sendo o país que mais rejeita e mata travestis e transexuais no mundo, totalizando pelo menos 175 assassinatos no ano de 2020. De acordo com o dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais, organizado pelas Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA, 2020), 72%

desse homicídios foram de travestis e mulheres transexuais profissionais do sexo, que nas ruas encontram-se mais expostas à violência direta, decorrente da estigmatização imposta às trabalhadoras sexuais e do ódio homicida dirigido aos seus corpos insurgentes. O relatório da ANTRA esclarece que as vítimas se encontravam em um cenário desprotegido, devido à falta de oportunidades de trabalho e às condições de elevada vulnerabilidade social, o que favorece que sejam, desde muito cedo na vida, expostas a agressões físicas e psicológicas, e ao risco permanente de extermínio.

No ano de 2021, a organização não governamental registrou, entre janeiro e junho, o assassinato de 78 travestis e mulheres trans e dois homens trans/transmasculinos, totalizando 80 assassinatos no 1º semestre de 2021. De acordo com o boletim semestral, “o ciclo de violência que afeta travestis e mulheres trans se assemelha, na medida em que a morte é o ponto final de uma série de violações anteriores” (ANTRA, 2021, p. 1). A morte precoce aparece como desfecho previsível de uma sequência de situações de degradação das condições de vida. Por essa razão, o discurso da militância sustenta que essas vidas interrompidas foram exterminadas pelo Estado. São, na verdade, vidas “suicidadas” pela sociedade excludente e transfóbica, com seu legado colonial.

As existências trans são interseccionadas por marcadores como gênero, raça, etnia, classe, faixa etária, orientação sexual, identidade de gênero, deficiência, inserção geopolítica – como, por exemplo, o Sul Global. Devido à pluralidade inerente à composição da comunidade LGBTQIA+, os múltiplos atravessamentos que compõem as experiências das pessoas trans resultam em possibilidades diferenciadas de vivenciarem o isolamento físico resultante da pandemia (OLIVEIRA; CARVALHO; JESUS, 2020). Por isso é fundamental compreender os aspectos éticos e políticos que sustentam e intensificam o ódio contra a comunidade LGBTQIA+, em particular a população trans, e como esse ódio se materializou e reinou durante o período pandêmico. A partir de tais apontamentos, reconhecemos as especificidades das vulnerabilidades imbricadas nas experiências da população trans, colocando em destaque a população transmasculina – sujeitos que ao nascimento foram designados pertencentes ao gênero feminino em decorrência dos genitais, e que em algum momento de suas vidas passam a se reconhecer e reivindicar o pertencimento ao gênero masculino.

As identidades transmasculinas emergiram com certa visibilidade perante os movimentos sociais, a academia e a sociedade em geral em meados de 2010, a partir da massificação do acesso à internet, que ampliou a disseminação de informações sobre a

existência dos homens trans. Também contribuiu para essa divulgação a inserção das transidentidades no Processo Transexualizador, quando essa política foi ampliada no ano de 2013 (ÁVILA, 2014), como reconhecimento de seus direitos à saúde e à vida. Tais sujeitos podem desejar externalizar suas identidades masculinas por meio de modificações corporais, com o uso de terapia hormonal e cirurgia de redesignação sexual – faloplastia e mamoplastia masculinizadora (SOUSA; IRIART, 2018). Esses procedimentos foram introduzidos no Processo Transexualizador, contudo, ser incluído na política pública não oferece garantia de acesso aos serviços de saúde. Assim, são muitos os *gaps* existentes entre as necessidades dos homens trans e os serviços especializados no SUS (SOUSA; CAVALCANTI, 2016; ROCON; SILVA; SODRÉ, 2018; BRAZ, 2019; FEITOSA, 2019).

Este estudo se fundamenta no pressuposto de que as medidas de distanciamento social e suas implicações repercutem de maneira desproporcional e implacável nas camadas submetidas a processos anteriores de vulnerabilização, como a população trans. Considerando o cenário necropolítico, negacionista e transfóbico contemporâneo, este estudo tem como objetivo compreender os impactos da pandemia da COVID-19 sobre os processos de subjetivação dos homens trans, analisando suas experiências de alteração do cotidiano durante o período pandêmico.

## Método

Este é um estudo exploratório e transversal, com abordagem qualitativa. Foram incluídos na pesquisa 15 participantes que se autoidentificaram como homens trans, com idades entre 20 e 41 anos, residentes em quatro estados, pertencentes às classes A (1), B (1), D (12) e E (1), de acordo com o Critério de Classificação Econômica Brasil. Todos os participantes estavam em processo de hormonização, em intervalos de tempo entre cinco meses e cinco anos. Apenas três haviam realizado a mamoplastia masculinizadora, ainda que todos tenham revelado o desejo de submeterem-se à cirurgia de retirada das mamas. Nenhum participante havia realizado a cirurgia de redesignação sexual. Nove entrevistados eram atendidos em Unidades de Atendimento Especial vinculadas ao Sistema Único de Saúde (SUS), os chamados ambulatórios; um participante era assistido por clínico geral, também no SUS, e o restante – cinco sujeitos – era acompanhado em serviços de saúde privados.

Os participantes foram arregimentados pela técnica de *bola de neve* (VINUTO, 2014). Os dados empíricos foram coletados a partir de entrevistas semiestruturadas realizadas nas modalidades *on-line* (em sua maior parte) e presencial, audiogravadas e posteriormente transcritas na íntegra. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto (Parecer número 3.926.604 e CAAE: 25897819.8.0000.5407). Os participantes firmaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Os dados foram analisados com o auxílio do *Software QDA Mine Lite*, e organizados de acordo com os passos da análise temática reflexiva, proposta por Braun e Clarke (2019) e Clarke, Braun e Hayfield (2019).

## Resultados e Discussão

As narrativas dos homens trans mostraram que as dificuldades vivenciadas no período pandêmico perpassam dois contextos principais: saúde e trabalho. Essas esferas da vida influenciam-se constantemente, ensejando reflexões sobre a relevância da condição social do indivíduo (posição conferida na hierarquia social por seu pertencimento à classe e nível educacional) como garantia de acesso à saúde. A posição ocupada pelo sujeito em relação ao sistema produtivo emergiu como um dos determinantes do sucesso ou fracasso em assegurar seu acesso à saúde e as disparidades foram intensificadas com o cenário deflagrado pela pandemia, que acentuou desigualdades sociais persistentes que marcam a sociedade brasileira.

Diversas dinâmicas imprimidas no âmbito de trabalho foram identificadas. A maioria dos participantes exercia atividades laborais como autônomos. Dos quatro que estavam no mercado formal de trabalho, dois puderam adaptar suas atividades para a modalidade *home office*. Os outros dois, que também tinham trabalho regulado pela CLT e registro em carteira profissional, foram demitidos e perderam seus postos de trabalho. Os que exerciam atividades no mercado informal vivenciaram momentos de paralisação de suas atividades em decorrência dos protocolos sanitários, quando o trabalho envolvia estar em contato face a face com clientes – barbeiro, *barman*, professor de percussão. As atividades autônomas que envolviam venda de produtos não sofreram alterações. Augusto comenta “[...] ainda mais nessa pandemia, aonde o comércio está praticamente fechado e há muitas demissões, imagina para as pessoas trans, que não somos muito

incluídos”. Caio compartilhou que seus planos de vida, que envolviam o trabalho, foram drasticamente alterados.

[...] eu tinha saído do meu trabalho para focar no meu curso de cabeleireiro, só que, com a pandemia, o meu curso parou e eu estava no seguro-desemprego, que acabou e eu continuo na pandemia sem conseguir trabalho. Porque eu também tive que me alistar [no serviço militar obrigatório] e o homem cis precisa dar baixa no quartel para conseguir trabalho, e agora eu estou ficando em casa sem grana nenhuma e isso acaba prejudicando um pouco o emocional e o psicológico do cara também, porque você tinha um planejamento que foi por água abaixo (Caio).

Diante das dificuldades relacionadas à situação empregatícia, que geravam preocupações financeiras, a saúde mostrou ser a área de vida mais afetada na visão dos homens trans. Os nove participantes assistidos pelos SUS nos seus processos de hormonização e demais cuidados à saúde viram seus atendimentos ser subitamente interrompidos. Consultas médicas, exames e emissão de receitas para acesso regular aos hormônios foram atrasados ou cancelados. Quando muito, alguns atendimentos foram rearranjados para a modalidade *on-line* ou teleatendimento. Lucas relata: “Eu não faço nenhum acompanhamento em unidade especializada, e na pandemia piorou tudo, aí eu fiquei junho, julho e agosto sem aplicar testosterona”.

Uma das principais demandas dos homens trans que vivenciam a transição diz respeito ao processo de hormonização. A testosterona utilizada regularmente não é oferecida pelo SUS. Assim, apesar de terem suas consultas nas Unidades de Atendimentos Especializados, os homens trans têm de financiar seu próprio tratamento medicamentoso. Na pandemia, com a renda seriamente afetada, como garantir a continuidade da hormonização? Além disso, a paralisação de serviços de saúde implica em impossibilidade de renovação das receitas utilizadas para aquisição de testosterona nas farmácias, já que se trata de medicamento sob rigoroso controle da vigilância sanitária, e a descontinuidade da aplicação do hormônio ocorreu também devido a tal ruptura.

Eu pensei: vou juntar dinheiro e vou pagar um endócrino particular [...] comecei a fazer o tratamento seis meses atrás, porque foi aí que eu comecei a trabalhar [...] mas depois eu parei de hormonizar por condições financeiras devido à pandemia. Porque, como eu comecei a

trabalhar no meio do ano, os clientes ficam com medo de cortar cabelo e tudo mais (Caio).

Para alguns homens trans, a interrupção da hormonização encerra um ciclo de sofrimento diante da possibilidade – e, por vezes, da realidade – de reversão das modificações corporais já obtidas, tais como ganho de massa muscular, crescimento de pelos faciais e redistribuição da gordura corporal. Em especial, a restauração da menstruação pode intensificar a disforia corporal e agravar condições de saúde mental, como revela o depoimento de André: “Atualmente eu estou sem emprego vão fazer dois meses, eu sinto falta, mais por conta de menstruação... essas coisas que me incomodam bastante”.

[Pesquisadora] E nessa época sem testosterona, como foi para você?  
[Lucas] Foi péssimo, porque o ciclo menstrual voltou e aí eu já estava me sentindo muito desconfortável [...]. E, nesse tempo que eu fiquei sem o hormônio, foi bem incômodo porque o psicológico muda e o corpo estava regredindo bastante com o aumento do seio. Estava bem complicado.

Fernando conta como são os trâmites de funcionamento do atendimento pelo SUS em sua cidade para a eventual realização de cirurgia.

Eu peguei encaminhamento pelo SUS para mastectomia, mas é bem demorado, até onde eu sei são duas cirurgias por mês: uma feminina, para colocar silicone, e uma masculina para retirada. Então vem gente de muitos lugares e do interior, e é uma lista bem grande e com a pandemia as cirurgias pararam.

Rodrigo compartilhou outra questão que afeta diretamente a população trans: o processo de alteração do nome em registros e documentos pessoais: “[...] os meus documentos todos estão arrumados, e só está pendurada a carteira de motorista por último porque, devido à pandemia, o DETRAN está fechado”. A interrupção desse serviço implica na inviabilidade de processo de admissão empresarial, matrícula em cursos e instituições de ensino e acesso a outros contextos que exigem documentação. Um participante comentou sobre o acesso ao auxílio emergencial distribuído pelo governo, que para ele é imprescindível para o pagamento de seu aluguel. O auxílio emergencial é um programa criado em 2020 pelo governo federal, de distribuição de renda mínima aos mais vulneráveis. Um dos objetivos é mitigar os impactos econômicos causados pela pandemia de COVID-19 no país. Acontece que um dos fatores de vulnerabilização da

população trans é a documentação. Muitas pessoas trans são “indocumentadas”. Além disso, têm dificuldades de acesso à tecnologia, o que é requisito para fazer o cadastro e ter acesso ao benefício.

Analisando os relatos dos homens trans e suas narrativas sobre os impactos da COVID-19 em seu cotidiano, nota-se que a pandemia acentuou diversos problemas preexistentes relacionadas nas suas “vidas precárias”. Butler (2019) chama a atenção para a “precarização da vida”, apontando as condições de maior vulnerabilidade psicossocial que se estendem a algumas populações específicas. Quem conta como uma vida que importa e quais são as vidas consideradas dispensáveis e substituíveis? Que corpos importam e que corpos são descartáveis? Quem define o critério segundo o qual essa ou aquela população será mais precarizada e submissa às opressões? Esse “critério” é definido a partir das dissidências, observando-se as concepções eugenistas, nacionalistas, classistas, heteronormativas e cisgêneras. A necropolítica se situa na confluência da precarização das vidas trans com a expectativa de uma morte anunciada. Segundo Caravaca-Moreira e Padilha (2018, p. 1), a “necropolítica trans é uma prática tecnológica ininterrupta de violência estrutural e institucional contra o dispositivo da transexualidade, que considera a morte não como um fenômeno meramente biológico, mas moral, social e político”.

O cenário caótico sugere que o “projeto” do governo Bolsonaro de gestão ruínosa da pandemia é um esquema arditosamente programado para instrumentalizar o vírus e colocar seu poder destrutivo e mortífero a serviço da imolação/eliminação sumária dos mais vulneráveis (SANTOS; OLIVEIRA; OLIVEIRA-CARDOSO, 2020, p. 2).

Durante as entrevistas foram mencionadas experiências de violência intrafamiliar e conjugal, que se acentuaram com a reclusão doméstica. Lucas comentou que a namorada não o deixava conversar com ninguém e desejava assumir o controle de sua vida, exacerbando uma relação possessiva e abusiva, enquanto Pedro e Antônio mencionaram recorrentes preconceitos dos familiares a que eram submetidos no período de quarentena. Esses fenômenos contornam as vivências trans do confinamento doméstico, na medida em que passaram a conviver por mais tempo com familiares que não os reconhecem em sua identidade, um desafio interseccionado com insegurança alimentar e vulnerabilidade financeira. Segundo Radi e Castilla (2020, p.48), “isto coloca as pessoas em grande risco,

especialmente aquelas que não são economicamente autônomas e que não têm a possibilidade de receber assistência profissional adequada, incluindo crianças.”

Os impactos devastadores no cenário econômico e o risco aumentado de morte imprimiram um novo patamar no já frágil regime de sobrevivência das pessoas trans. É importante estar atento para os modos como a afetação do contexto empregatício e o recrudescimento da fome e da precarização da existência nas vivências da pobreza são subjetivados pelos homens trans no decurso da pandemia. Os resultados obtidos são consistentes com os relatados a partir da análise das experiências de pessoas transmasculinas de outros países da América Latina (ALVARADO; WEBER, 2021; CASTRILLÓN, 2021; RADI; CASTILLA, 2020). Todavia, algumas diferenças precisam ser singularizadas. Homens trans não vivenciam a prostituição como fonte de renda, mas recorrem às possibilidades de empregos autônomos, em geral postos de trabalho que exigem menor qualificação profissional – motoristas de aplicativo, vendedores de produtos alimentícios, barbeiros, produtor de camisetas customizadas, entre outras ocupações. Esses trabalhadores não têm acesso às garantias de seguridade social, não estão protegidos pelas regulamentações do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) em caso de contágio no exercício de suas ocupações e não têm direito a seguro-desemprego se houver interrupção de suas atividades laborais.

A narrativas dos homens trans reproduzem experiências similares às reportadas em outras pesquisas, e reforçam, especialmente, a total dependência da assistência em saúde franqueada pela rede pública de saúde, assim como a desestabilização instaurada pela necessidade de reorganização da rede assistencial do SUS no período pandêmico. Neste cenário, pode-se entrever que foi posto em marcha no Brasil um processo de extermínio programado e silencioso da população trans. Buchard (2020, p.8) convida a pensar como os profissionais podem gerenciar suas responsabilidades enquanto interventores na formulação e implementação de políticas sociais: “Quando todos se confinam, como garantir o apoio necessário aos mais desfavorecidos? [...] O confinamento e a necessidade de distanciamento físico exigiram, por isso, uma reinvenção das práticas de atuação”. A sociedade civil organizada só não tem sido negligente e omissa em algumas instâncias que conseguiram oferecer uma resistência heroica, como as organizações não governamentais (ONGs) e entidades de defesa dos direitos das minorias sexuais e de gênero, já que outras trincheiras que tradicionalmente sempre estiveram ao lado da defesa das liberdades democráticas e dos direitos de

cidadania, como o Conselho Federal de Medicina (CFM), foram cooptadas pelo ideário neofascista. O CFM deu legitimidade e engrossou o coro do negacionismo ao recomendar à categoria médica a adoção de práticas anticientíficas, como a prescrição de medicamentos sem eficácia científica comprovada contra a COVID-19, colocando em risco a saúde da população. Este é mais um sintoma do mal-estar generalizado que tem corroído o tecido social da nação brasileira, exalando um cheiro de podridão de uma ferida aberta em relação a qual estamos nos recusando a fazer a necessária assepsia. Isso fica cada vez mais saliente quando se percebe um ambiente institucional de evidente degradação dos princípios mais caros à valorização da vida, até mesmo por parte de autoridades que têm a missão social de defendê-la.

A falha proposital da função do Estado enuncia uma hierarquização da vida da população, dizendo a quem o Estado acredita que vale dar a vida e a qual parte da população eles querem mesmo é dar a morte àqueles a quem eles acham que a vida não vale nada” (MOURA; MILANEZ, 2020, p.157).

No contexto pandêmico, o recurso ao teleatendimento em saúde foi largamente empregado e banalizado, o que levou a um crescimento vertiginoso da utilização das diversas plataformas digitais de comunicação na busca de garantir a prestação de cuidados. Ressalta-se a importância do governo e das entidades políticas estreitarem relações com a comunidade trans de cada localidade em suas microorganizações – ONGs e outras entidades privadas da sociedade civil, como grupos de ação, associações, bem como os grupos de assistência e pesquisa vinculados às universidades – a fim de estabelecerem uma comunicação rápida e eficaz para que as vozes das minorias sejam ouvidas e suas demandas possam ser endereçadas. A gestão pública deve ser feita em sintonia com o conjunto da sociedade e não apenas com a consideração dos segmentos reacionários e fundamentalistas que se encastelaram no poder.

### **Considerações finais**

O objetivo deste estudo foi analisar as vivências de homens trans de alterações no seu cotidiano durante o período pandêmico da COVID-19. A análise das narrativas e a aproximação com a literatura permitiram destacar as influências mútuas entre os dois principais contextos afetados: a empregabilidade e a saúde. Tais âmbitos se apresentaram

como fontes de vulnerabilização, que se intensificaram na interseccionalidade com outros marcadores sociais. Os resultados obtidos oferecem sustentação para a premissa de que o processo de manter vulneráveis tais sujeitos corresponde a um projeto estatal e social que nada tem de aleatório, uma vez que atende a um propósito de extermínio programado, que parece contar com o apoio de parte substancial da classe dirigente do país, herdeira do passado colonial, escravagista e patriarcal, tendo inclusive o beneplácito de entidades representativas de categorias da saúde de notória tradição e credibilidade. É necessário atentar para os prejuízos duradouros na saúde mental resultantes da vida regida pela necropolítica, como norteador político-ideológico que acompanha a imposição da norma cisgênera de existir. A cisgeneridade e a transfobia se potencializam para converterem as vidas da comunidade trans em “vidas precárias”, desprezíveis e abjetas, ao mesmo tempo em que naturalizam sua mortes e destroem seus corpos, convertendo-os em vidas não-enlutáveis.

## Referências

ALVARADO, Frida Karin; WEBER, Ana Clara. La realidad de las personas trans en el contexto de la pandemia: el caso de Argentina y México. **Nueva Serie Documentos de Trabajo**, 2021, p. 67-72.

ANTRA. **Mapa dos assassinatos de travestis e transexuais no Brasil em 2020**. 2020. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2021/01/dossie-trans-2021-29jan2021.pdf>. Acesso em 29 de novembro de 2021.

ANTRA. **Boletim N° 002-2021**. 2021. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2021/07/boletim-trans-002-2021-1sem2021-1.pdf>. Acesso em 29 de novembro de 2021.

ÁVILA, Simone Nunes. **FTM, transhomem, homem trans, trans, homem: A emergência de transmasculinidades no Brasil contemporâneo**. 2014. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

AYOUCH, Thamy. Da transsexualidade às transidentidades: psicanálise e gêneros plurais. **Percursos**, n. 54, v. 28, p. 23-32, 2015.

BENTO, Berenice; PELÚCIO, Larissa. Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas. **Revista Estudos Feministas**, v. 20, p. 569-581, 2012.

BOFFI, Leticia Carolina; SANTOS, Manoel Antônio. Corpos travestis: (Re)existências em territórios confinados e regulação do trabalho sexual na composição Mulher, de

Linn da Quebrada. In: Carvalho, Leilane Raquel Spadotto; Bortolozzi, Ana Cláudia (Orgs.), **Leituras sobre a sexualidade em filmes: animações e músicas. Vol. 11 Especial Coleção Sexualidades e Mídias**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021. p. (103-122).

BRAZ, Camilo. Vidas que esperam? Itinerários do acesso a serviços de saúde para homens trans no Brasil e na Argentina. **Cadernos de Saúde Pública**, n. 35, v. 4, 2019.

BRAUN, Virginia; CLARKE, Victoria. Refletindo sobre a análise temática reflexiva. **Pesquisa Qualitativa em Esporte, Exercício e Saúde**, v. 11, n. 4, p. 589-597, 2019.

BUCHARD, Alan Barbosa. Estado de exceção e emergência sanitária: Giorgio Agamben sobre a pandemia por coronavírus. **Investigação Filosófica**, v. 11, n. 2, p. 37-53, 2020.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CÂMARA, Amanda Bonner Peixoto. “Cair na vida”: o espaço da prostituição como principal alternativa de renda para as mulheres transexuais e travestis. **Humanidades em Perspectivas**, v. 5, n. 10, p. 48-62, 2021.

CASTRILLÓN, Ovi-Laura Oviedo. Espacialidades de hombres trans: acercamiento a sus condiciones en la pandemia del Covid-19. **Revista Latino-Americana de Geografía e Gênero**, v. 12, n. 1, p. 279-290, 2021.

CLARKE, Victoria; BRAUN, Virginia & HAYFIELD, Nikki. (2019). Análise temática. In Smith, Jonathan Alan. (Org.), Liudvick, Caio (Trad.). **Psicologia qualitativa: um guia prático para métodos de pesquisa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019. p. 295-327.

CUNHA, Eduardo Leal. A psicanálise e o perigo trans (ou: por que psicanalistas tem medo de travestis?). **Revista Periódicus**, n. 5, v. 1, p. 7-21, 2016.

DOURADO, Adalberto Davi Cruz Moitinho; GOMES, Amanda Costa; SOUZA, Daniela de Andrade. Pandemia da Covid-19: a vulnerabilidade social das pessoas trans e travestis a luz da Teoria Queer. **Anais do III Seminário Nacional de Sociologia: Distopias dos extremos: sociologias necessárias**, 2020.

FEITOSA, Cleyton. Políticas públicas LGBT no Brasil: um estudo sobre o Centro Estadual de Combate à Homofobia de Pernambuco. **Sexualidad, Salud y Sociedad** (Rio de Janeiro), p. 90-118, 2019.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, racismo, estado de exceção, política de morte**. Tradução de Renata Santini. São Paulo: n-1 Edições, 2018.

MOURA, Ismarina Mendonça de; MILANEZ, Nilton. Políticas de morte: o corpo do sujeito trans na pandemia. **Humanidades & Inovação**, v. 7, n. 27, p. 149-162, 2020.

OLIVEIRA, Alessandra Mawu Defendi. La realidad de mujeres transexuales y sus movimientos sociales en Sudamérica en tiempos de COVID-19. **Revista Ciencias y Humanidades**, v. 10, n. 10, p. 101-131, 2020.

OLIVEIRA, Fabio Alves Gomes; CARVALHO, Henrique Rabello de; JESUS, Jaqueline Gomes de. LGBTI+ em tempos de pandemia da Covid-19. **Diversitates International Journal**, v. 12, n. 1, p. 60-94, 2020.

RADI, Blas; CASTILLA, Camilo Losada. Transmasculinidades y Covid-19 en América Latina y el Caribe. *In: Informe de la Asociación Internacional de Lesbianas, Gays, Bisexuales, Trans e Intersex para América Latina y el Caribe, coronapapers*, 2020. p. 47-49. Disponível em: <https://www.ilga-lac.org/coronapapers.pdf> Acesso em 03 de setembro de 2021.

RIBEIRO, Amanda Karoline de Oliveira; SILVEIRA, Lia Carneiro. Transfobia e abjeção: diálogos possíveis entre a psicanálise e a teoria Queer. **Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica**, v. 23, p. 66-74, 2020.

ROCON, Pablo Cardozo et al. O que esperam pessoas trans do Sistema Único de Saúde?. **Interface: Comunicação, Saúde, Educação**, v. 22, p. 43-53, 2017.

RODRIGUES, Carla; GRUMAN, Paula. Do abjeto ao não-enlutável: o problema da inteligibilidade na filosofia de Butler. **Anuário Antropológico**, v. 46, n. 3, 2021. DOI: 10.4000/aa.8933

SANTOS, Manoel Antônio dos; OLIVEIRA, Wanderlei Abadio de; OLIVEIRA-CARDOSO, Érika Arantes de. Inconfidências de abril: impacto do isolamento social na comunidade trans em tempos de pandemia de COVID-19. **Psicologia & Sociedade**, v. 32, e020018, 2020.

SOUSA, Diogo; IRIART, Jorge. “Viver dignamente”: necessidades e demandas de saúde de homens trans em Salvador, Bahia, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 34, p. e00036318, 2018.

SOUSA, Diogo; CAVALCANTI, Céu. Entre normas e tutelas: pensando (im) possibilidades da Psicologia em interface com transgeneridades. **Gênero na psicologia: Saberes e práticas**, p. 126-139, 2016.

TENÓRIO, Leonardo Farias Pessoa; PRADO, Marco Aurélio Máximo. As contradições da patologização das identidades trans e argumentos para a mudança de paradigma. **Revista Periódicus**, v. 1, n. 5, p. 41-55, 2016.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, v. 22, n. 44, p. 203-220, 2014.

VERGUEIRO, Viviane. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade**. 2016. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade). Instituto de Humanidades, Artes e Ciências, Universidade Federal da Bahia, Salvador.